



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 075

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE SETEMBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cleiton Kielse e Pedro Ivo Ilkiv.

Às dezesseis horas e cinquenta minutos registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se em licença o senhor deputado Alexandre Curi (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2003, que dispõe sobre os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, que poderão ser pagos em uma ou mais parcelas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ E PLENÁRIO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 429/2003**

P A R E C E R :

I - Histórico

O Projeto de Lei nº 429/2003, de autoria do Poder Executivo, enviado a esta Casa de Leis através da Mensagem nº 23/2003, dispõe sobre os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, poderão ser pagos em uma ou mais parcelas.

Foram apresentadas sete emendas pela Comissão de Finanças e oito emendas de Plenário sobre as quais se emite parecer:

II - Fundamentação

A Comissão de Finanças apresentou sete emendas ao Projeto.

A emenda nº 01 altera a redação do art. 1º estendendo o prazo dos créditos tributários lançados ou não para 31 de agosto de 2003, e modificando o número de parcelas de 36 para 48 parcelas.

O aumento do número de parcelas para quarenta e oito parcelas beneficia o Estado do Paraná, tendo em vista que com o valor da parcela reduzido, a possibilidade de recuperação fiscal é maior.

O Refis previsto na Lei nº 13798/2002, que foi regulamentado pelo Decreto nº 6302/2002 com duração até 2007.

Este Refis possibilitou ao Estado, conforme dados fornecidos pela Receita, um parcelamento total de R\$343.493.588,00 (trezentos e quarenta e três milhões, quatrocentos e noventa e três mil e quinhentos e oitenta e oito reais), sendo à vista de R\$91.314.217,00 (noventa e um milhões, trezentos e quatorze mil e duzentos e dezesseite reais), tendo sido concedido o parcelamento a 5003 contribuintes, importando num valor parcelado de R\$252.179.371,00 (duzentos e cinquenta e dois milhões, cento e setenta e nove mil e trezentos e setenta e um reais), dos quais que 2258 contribuintes estão em dia com as obrigações pactuadas representando R\$114.470.096,00 (cento e quatorze milhões, quatrocentos e setenta mil e noventa e seis reais). Rescindiram o parcelamento e 2745 contribuintes, representando R\$137.709.275,00 (cento e trinta e sete milhões, setecentos e nove mil e duzentos e setenta e cinco reais).

Desta forma, a emenda nº 01, não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

A emenda nº 02 modifica a redação da alínea “e” do § 2º do artigo 1º adequando a redação a mudança de 36 para 48 parcelas.

O relator acrescentou parágrafo possibilitando, a critério da Secretaria de Estado da Fazenda, parcelamento em até sessenta parcelas para créditos tributários acima de R\$500.00,00 (quinhentos mil reais).

As emendas não apresentam óbices de natureza legal ou constitucional.

A emenda nº 03 modifica a redação do § 3º do art. 1º estabelecendo limitação dos honorários advocatícios devidos aos Procuradores do Estado em 5% (cinco por cento) do valor consolidado a ser pago pelo contribuinte, em caso de débitos inscritos em dívida ativa e ajuizados.

A emenda não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional, destacando-se que no Refis Federal, o Governo limitou os honorários a 1% (um por cento) do valor consolidado e os incluiu no parcelamento.

A emenda nº 04 modifica a redação dos artigos 5º e 6º, adequando a redação ao disposto no artigo 1º que modificou a data de ocorrência dos créditos tributários para até o dia 31/08/2003, e determinando ainda que a confissão espontânea deve ser feita até o dia 28 de novembro de 2003.

O relator em entendimento com a Secretaria de Estado da Fazenda, alterou a redação da emenda para determinar que a confissão espontânea seja feita até 21 de novembro de 2003, medida esta que beneficie o contribuinte porque depois se este desejar pagar o débito integralmente até 28 de novembro de 2003, será dispensado da multa e da totalidade dos juros.

Esta medida se justifica porque não seria possível para a receita estadual conferir os valores confessados e processar o recolhimento integral do débito no mesmo dia, prejudicando o contribuinte que tem interesse em pagar o valor à vista e se beneficiar da isenção da multa e dos juros.

A emenda não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

A emenda nº 05 modifica a redação do artigo 8º determinando que a competência de deferir o parcelamento seja transferida do Chefe da Coordenação da Receita do Estado para o Secretário de Estado da Fazenda, que poderá delegá-la. A emenda não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional e foi acolhida na sua integralidade.

A emenda nº 06 modifica a redação do artigo 9º e acrescenta que os créditos habilitados pelo Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados - Siscrea, ao abrigo do deferimento do pagamento poderão ser utilizados para liquidação integral de créditos tributários de ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de agosto de 2003, observado o disposto em Decreto do Poder Executivo. A emenda não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

A emenda nº 07 acrescenta artigo não previsto no projeto de lei, acrescentando a possibilidade que os créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, possam ser objeto de compensação com precatórios alimentares e com precatórios decorrentes da complementação de valores de precatórios quitados com base no art. 33, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988.

O relator em entendimento com a Secretaria de Estado da Fazenda, modificou a emenda com a anuência do Estado, e acrescentou parágrafo determinando que a compensação seja feita para os pedidos protocolizados até 28 de novembro de 2003, com dispensa dos juros e da multa, mantida a correção monetária.

Desta forma, benefício da dispensa de juros e multa passa a ter caráter transitório, porque a redação anterior da emenda não delimitava no tempo a opção que podia ser feita pelo contribuinte, criando possibilidade que pode se perpetuar indefinidamente, extrapolando do âmbito o Refis proposto pelo Estado. Concorde-se que a regra da compensação tenha caráter permanente, pois é uma fórmula inteligente de pagar precatórios sem desembolso de efetivo pelo erário.

Observe-se que a compensação será apenas com dívidas objeto de lançamento (auto de infração) inscrita ou não em dívida ativa, não alcançando débitos vencidos.

A emenda não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional e foi acolhida.

A emenda nº 01 de Plenário foi apresentada pela deputada Cida Borghetti, e visa corrigir a redação do artigo 12 do projeto, mudando-o para “Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

A emenda tem razão de ser vez que o artigo 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, assim dispõe:

“Art. 9º - quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições revogadas”.

O projeto de lei não indica expressamente quais os artigos de lei está revogando, pelo que a expressão “revogam-se as disposições em contrário”, não se encontra de acordo com a melhor técnica legislativa.

O fato de não conter a expressão “revogam-se as disposições em contrário” de forma alguma altera a abrangência da lei, ocorrendo neste caso a revogação tácita.

A emenda nº 02 de Plenário, também de autoria da deputada Cida Borghetti, altera o prazo para créditos lançados até o dia 30 de junho de 2003, para o dia 31 de julho de 2003, não possuindo qualquer óbice de natureza legal ou constitucional, todavia, por opção legislativa, acatou-se a emenda nº 01 proposta pela Comissão de Finanças, que estende o prazo até o dia 31 de agosto de 2003.

A emenda nº 03, de Plenário, de autoria do deputado Jocelito Canto, impõe que os valores devidos pelo

contribuinte somente poderão ser atualizados até o dia 28 de novembro de 2003.

Esta regra é absolutamente ilegal, vez que o crédito tributário deve ser atualizado até a data do efetivo pagamento, há que se lembrar ainda que o Estado está permitindo parcelamentos de longo prazo, motivo pelo qual a correção monetária não pode ser dispensada.

Desta forma, a dispensa da correção monetária configura em perda do valor real do tributo lançado e, portanto, perda de receita, o que fere o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

Omissis

§ 1 - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

A emenda nº 04 de Plenário, de autoria do deputado Jocelito Canto, altera a redação das letras “a” e “b” e acresce a letra “f” ao parágrafo 2º do artigo 1º.

A alínea “a” dispensa o pagamento total da multa para caso de parcelamento da dívida. Novamente há a perda de receita, ferindo o disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige que proposição seja acompanhada de estimativa do impacto financeiro, o que não ocorre no caso em tela, motivo pelo qual a emenda não pode ser acatada.

A alínea “b” determina a cobrança de juros pré-fixados para que a cobrança do tributo tenha valor fixo. A proposição é ilegal, vez que a lei determina que os tributos sejam cobrados pela Taxa SELIC, acompanhando a variação de tal índice de juros. Há que se destacar que o projeto substitui a taxa SELIC pela TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, taxa esta com índices bem menores que a SELIC e que continua caindo mês a mês. A pré-fixação da taxa de juros pode ocasionar perda de receita para o Estado ou cobrança indevida para o contribuinte, caso a variação venha a ser menor do que o índice adotado na pré-fixação, motivo pelo qual não pode ser acatada.

A alínea “f” determina que a taxa de juros não pode ultrapassar o limite de 12% ao ano, o que fere novamente a determinação de que os tributos devem ser cobrados pelo SELIC e que deverá ser substituída pela TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, ocasionando perda

de receita para o Estado e ferindo o disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, como explicado anteriormente.

Há que se dizer ainda que não se pode ser aplicada a limitação de juros de 12% ao ano ao Estado na cobrança de seus tributos.

O parágrafo primeiro, artigo 161 do Código Tributário Nacional assim dispõe:

“§ 1º - Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.”

No caso em tela, a lei dispõe que os juros de mora deverão ser cobrados de acordo com o índice da SELIC e que será substituída pelo TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e qualquer disposição em contrário, como já foi dito, ocasiona perda de receita para o Estado e fere o disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, exigindo-se a estimativa de impacto financeiro.

A emenda nº 05 de Plenário, de autoria do deputado Reni Pereira, altera a redação do artigo 1º e acrescenta-lhe o parágrafo quarto. Na verdade as modificações visam a implementação do “bônus pontualidade”, de no mínimo 0,5% (meio por cento) e até o máximo de 4% do imposto mensalmente pago, ao contribuinte do ICMS que, no decorrer do exercício de 2003, quitar integralmente o tributo declarado em GIA/ICMS nos prazos regulamentares.

A proposição modifica os valores de tributo a serem pagos pelo contribuinte oferecendo redução que varia de 0,5% (meio por cento) a 4% (quatro por cento) sobre o valor real do imposto a ser pago, o que, por via transversa gera modificação da alíquota cobrada e redução da receita para o Estado, ferindo o disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige que proposição seja acompanhada de estimativa do impacto financeiro.

Há que se dizer ainda que o Código Tributário Nacional somente permite desconto para o pagamento antecipado do tributo e não para o caso de pagamento pontual, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 160:

“Art. 160 *omissis*

Parágrafo Único - A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estaleleça” (grifos meus)

A emenda nº 06 de Plenário, de autoria do deputado Reni Pereira, cria novamente o “bônus pontualidade”, desta vez determinando o desconto equivalente a 4% do imposto pago para o contribuinte que cumprir pontualmente com sua obrigação, por brevidade, remetemos às razões expeditas no parecer da emenda nº 05.

A emenda nº 07, de Plenário, de autoria do deputado Durval Amaral, modifica a do parágrafo terceiro no artigo 1º do projeto de lei, determina que os honorários advocatícios devidos aos procuradores do Estado devem ser pagos parceladamente e em igual número de prestações concedidas para o pagamento do crédito tributário.

A emenda não apresenta óbice de natureza legal, todavia, por opção legislativa foi acatada a emenda proposta pela Comissão de Finanças, que reduziu os honorários para até 5% (cinco por cento) sobre o valor consolidado.

A emenda nº 08 de Plenário, de autoria do deputado Nereu Moura modifica a redação do artigo 8º determinando que a competência de deferir o parcelamento seja transferida do chefe da Coordenação da Receita do Estado para o secretário de Estado da Fazenda, que poderá delegá-la. A emenda não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional e já foi acatada, conforme emenda da Comissão de Finanças.

III - Da Conclusão

Pelo exposto, opinamos favoravelmente às emendas propostas pela Comissão de Finanças e Emendas de Plenário nº 01, 02 e 08 e pela rejeição das demais em função da sua ilegalidade, devendo o projeto tramitar na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 429/2003

O Projeto de Lei nº 429/2003, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de agosto de 2003, poderão ser pagos em parcela única ou em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais sucessivas, nos termos previstos nesta lei.

§ 1º - A critério da Secretaria de Estado da Fazenda poderão ser concedidos parcelamentos em até sessenta parcelas para créditos com valor acima de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 2º - O pagamento integral do imposto, devidamente atualizado, deverá ser efetuado até o dia 28 de novembro de 2003, com dispensa da multa e dos juros.

§ 3º - O crédito tributário objeto do parcelamento sujeitar-se-á:

a) até a data do deferimento do pedido de parcelamento, aos acréscimos previstos na legislação, sendo dispensado 75% (setenta e cinco por cento) da multa;

b) a partir da segunda parcela, inclusive, a juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP;

c) o valor das parcelas não poderá ser inferior a R\$100,00 (cem reais);

d) o vencimento da primeira parcela ocorrerá até 28 de novembro de 2003, e o das demais até o último dia útil dos meses subsequentes.

e) os juros vencidos serão proporcionalmente dispensados, consoante o número de parcelas, nos seguintes percentuais:

1 - em até seis parcelas com dispensa de 90% (noventa por cento) do valor dos juros;

2 - entre 07 (sete) e 16 (dezesesseis) parcelas, com dispensa de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros;

3 - entre 17 (dezesete) e 26 (vinte e seis) parcelas, com dispensa de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros;

4 - entre 27 (vinte e sete) e 36 (trinta e seis) parcelas, com dispensa de 40% (quarenta por cento) do valor dos juros;

5 - entre 37 (trinta e sete) e 48 (quarenta e oito) parcelas, com dispensa de 30% (trinta por cento) do valor dos juros;

6 - entre 49 (quarenta e nove) e 60 (sessenta) parcelas, com dispensa de 20% (vinte por cento) do valor dos juros.

§ 4º - Os créditos tributários inscritos em dívida ativa e ajuizado só poderão ser quitados com os benefícios desta lei mediante apresentação de certidão da Procuradoria Geral do Estado que comprove o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que ficam limitados ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor consolidado a ser pago, além da prova de garantia do débito.

Art. 2º - O pedido de parcelamento implica confissão irrevogável e irretroatável dos débitos fiscais, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito tributário.

Art. 3º - O não pagamento de três parcelas, sucessivas ou não, ou de valor correspondente a três parcelas, nos prazos fixados importará na imediata revogação do parcelamento e na exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 4º - Os parcelamentos em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte, para que ocorra novo parcelamento nos termos da presente lei, não tendo o sujeito passivo direito de restituição ou compensação das importâncias já recolhidas.

Parágrafo Único - A rescisão de que trata este artigo implica na perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.

Art. 5º - Os contribuintes que, até 21 de novembro de 2003, procurarem espontaneamente a repartição fazendária para reconhecer infração vinculada a fatos geradores relativos ao ICMS ocorridos até 31 de agosto de 2003, será concedida a dispensa dos juros que incidirem sobre a dívida confessada espontaneamente, desde

que quitado integralmente o imposto, devidamente atualizado.

Parágrafo Único - o contribuinte poderá optar por parcelar o imposto relativo à infração reconhecida de que trata o “*caput*”, observando, no que couber, as disposições contidas nesta lei quanto ao parcelamento.

Art. 6º - Os créditos de ICMS decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de agosto de 2003, poderão ser liquidados, com redução de 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor atualizado e dos juros, desde que integralmente recolhido o débito remanescente até 28 de novembro de 2003.

Art. 7º - O disposto nesta lei não se aplica a autos de infração em que sejam exigidas as penalidades dos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, alínea “a” do inciso XIII, alínea “g” do inciso XV, e alínea “b” e “c” do inciso XVII, todos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e as penalidades correlatas das Leis Ordinárias anteriores do ICMS ou do ICM.

Art. 8º - A competência para deferir o parcelamento de que trata esta lei é do secretário de Estado da Fazenda, que poderá delegá-la.

Art. 9º - O contribuinte que possuir crédito acumulado de ICMS, habilitado pelo Sistema de Controle de Transferência e Utilização de Créditos Acumulados - Siscred, decorrentes de operações de exportação ou ao abrigo do diferimento do pagamento, poderá utilizá-lo para liquidação integral dos débitos de ICMS, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de agosto de 2003, com dispensa da multa e dos juros, mantida a correção monetária, observado o disposto em Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Para usufruir do disposto no *caput* deverá o contribuinte protocolizar o requerimento, até 28 de novembro de 2003, na Agência de Rendas do seu domicílio tributário.

Art. 10 - Os créditos tributários do ICMS, constituídos nos termos do artigo 142 e seguintes do Código Tributário Nacional, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de agosto de 2003, poderão ser objeto de compensação:

- a) preferencialmente com precatórios alimentares;
- b) com precatórios decorrentes da complementação de valores de precatórios quitados com base no artigo 33 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, desde que os valores sejam correspondentes aos dois décimos vencidos, nos termos da Emenda Constitucional nº 030/2000, dos precatórios não alimentares, observadas as formalidades previstas em Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - A compensação a que se refere este artigo, quanto aos requerimentos protocolizados até 28 de novembro de 2003, far-se-á com a dispensa de multa e dos juros do imposto objeto da compensação, mantida a correção monetária.

Art. 11 - O disposto nesta lei não enseja a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 12 - No prazo de até trinta dias contados da data da sua publicação, a presente lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.08.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos apreciar as emendas, que estão contempladas no substitutivo-geral. Vamos exatamente votar, discutir o substitutivo-geral.

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

O projeto 429 que trata do novo Refiz é extremamente importante, não só para o erário público do Paraná, mas sobretudo para que nós regularizemos um rol de contribuintes extremamente expressivos da nossa economia, que hoje em razão da sua inadimplência, acabam não tendo condições de acesso e passam a viver à margem do processo legal tributário. O governo encaminhou através de mensagem que recebeu nesta Casa, o projeto 429, em que até os créditos vencidos, ajuizados, inscritos em dívida ativa ou não, lançados até 30 de junho de 2003, poderão ser pagos em parcelas únicas. Recebemos aqui oito emendas de plenário e recebemos mais as emendas da Comissão de Finanças, em número de sete emendas. As emendas que recebemos da Comissão de Finanças foram todas acatadas, isso em discussão com a bancada, com a liderança do governo e sobretudo também com a discussão realizada junto à Fazenda Estadual. Com relação com as emendas de plenário, nós não tivemos condições de acolher algumas das emendas, mesmo reconhecendo o mérito, o interesse e o objetivo do senhor deputado e da senhora deputada, que era justamente de propiciar ao contribuinte uma melhor facilitação. Em face da legalidade, em face da competência, algumas destas emendas não puderam ser acolhidas. As emendas um e dois, da deputada Cida Borghetti, que altera o artigo 12, apenas corrigindo uma técnica legislativa, foram acolhidas. A emenda três, do deputado Jocelito Canto, que propõe o pagamento integral do imposto, deverá ser

atualizado até o dia 28 de novembro de 2003, com dispensa dos juros da multa e da atualização monetária. Parte desta emenda, deputado Jocelito Canto foi acolhida, que é no prazo de 28 de novembro. Porque também acolhemos esta data na emenda da Comissão de Finanças, que propunha a mesma data. Com relação à dispensa de juros da multa e da atualização monetária, evidentemente, não temos condições de acolher, porque estaríamos privilegiando justamente aquele, que não teve a devida regularidade no seu pagamento dos seus impostos. O princípio do novo Refiz estabelece 75% de dispensa da multa e, depois, faz um escalonamento em função do prazo, em relação aos juros. O deputado Jocelito Canto está dispensando os juros e a multa, em função desta particularidade da sua proposta de número três não podemos acolhê-la - acolhemos o prazo que também é uma proposta da Comissão de Finanças. Com relação à emenda número quatro também do deputado Jocelito Canto, em que ele estabelece no seu artigo 1º, parágrafo 2º o seguinte: "O critério tributário, objeto do parcelamento, submeter-se-á até a data do deferimento do pedido de parcelamento, aos créditos previstos na legislação, sendo dispensado de multa. O princípio do projeto no 1º artigo, o seu escopo estabelece que ele não está para livrar o contribuinte de toda a multa, mas sim de 75% da multa e aqui o deputado Jocelito dispensa de toda a multa.

Na letra B - juros pré-fixados serão aplicados sobre o valor do débito, descontada a parcela inicial, de forma que todas as parcelas tenham um valor fixo e conhecido do contribuinte, não sofrendo quaisquer variações no decorrer do prazo do parcelamento. Para isto nós teríamos que usar, além da tabela Price, teríamos que também fazer uso da taxa de juros fixa e na Letra C o deputado Jocelito Canto contempla juros que não poderá ultrapassar dos 12%.

Usamos o critério da TJLP, apesar de que a nossa legislação estabelece um outro parâmetro, mas hoje é o parâmetro que melhor contribui, melhor atende aos interesses do nosso contribuinte, porque na TJLP nós poderemos, com a queda dos juros ter um valor menor do que os doze por cento.

Desta feita não podemos acatar a emenda proposta pelo deputado Jocelito Canto.

Com relação à emenda aditiva modificativa subscrita pelo deputado Reni Pereira, de número 5 e 6, em que elas estabelecem o princípio da bonificação do contribuinte que tiver pagamento regular, uma delas de meio por cento e outra de quatro, variando de meio por cento a quatro, e uma dessas emendas, que é a de número 6, tendo como valor 4% do imposto pago durante o ano. Além da sua inconstitucionalidade, além da materialidade não ser possível dentro do aspecto legal, ele está premiando, busca premiar aquele que paga em dia.

Ora, mas o princípio do novo Refiz ele está punindo. Por isto nós retiramos a multa de 75%. Não retiramos os juros de acordo com o escalonamento. E desta feita, o deputado Reni se utilizando teria que ter previsão

orçamentária, teria que constar da LDO para que nós pudéssemos utilizar ou que esta Receita não fizesse parte do rol de receitas referentes ao exercício de 2004.

Desta feita não tivemos condições de acolher nem a emenda número 5 e nem a 6 do deputado Reni Pereira.

A emenda número 7 do deputado Durval Amaral ela tem um princípio que, inclusive, busca ter o mesmo comportamento do Refiz do Governo Federal em que distribui o pagamento das custas processuais e dos honorários no número de parcelamentos que vier a ser acolhido, ser proposto, a ser deferido pela Fazenda Estadual.

Entretanto, deixo de acolher, porque houve um entendimento entre esta Casa, entre a Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria da Fazenda no sentido de que os valores dos honorários advocatícios devessem se situar no patamar de 5% e não 15, como veio.

Então, por esta razão, deixamos de acolher a emenda do deputado Durval Amaral que estabelece o parcelamento junto com os valores.

E temos a emenda do deputado Nereu Moura que estabelece a competência para deferir o parcelamento de que trata esta lei o secretário da Fazenda que poderá também delegá-la. Nós acolhemos esta emenda, como também já tinha sido acolhido na emenda da Comissão de Finanças que contemplou este conceito.

O que nós fizemos neste relatório? Ampliamos até 48 parcelas, de 36 para 48, e criamos uma possibilidade no artigo, no parágrafo único, em que pode ir até 60 meses aqueles débitos superiores a 500 mil reais e que tenham a critério da Fazenda Estadual.

Isto mostra que, tentando dar ao Executivo uma maior flexibilidade para que ele possa fazer a arrecadação.

Outra questão, aqui, abordada pela deputada Cida Borghetti, que ela está contemplada no artigo 5º, deputada Cida Borghetti.

Quando se fez o artigo 5º, nós demos uma melhoria nesse artigo 5º. O artigo 5º fizemos uma alteração em que permitimos que o contribuinte que tem débito, não foi ajuizado e não recebeu notificação, ele também possa ter os mesmos benefícios do Refiz, desde que ele vá a uma agência de renda e faça um reconhecimento do seu débito até o dia 21 de novembro. Por que dia 21 de novembro? Para que a receita estadual possa processar esse pedido e no prazo do dia 28, ele possa pagar. E no seu parágrafo único, ainda criamos outra alternativa, de que o contribuinte poderá optar por parcelar o imposto relativo à infração de que trata o *caput*, observando no que couber as disposições contidas nessa lei quanto ao parcelamento. Então, contemplamos também aquele contribuinte em atraso até 31 de agosto de 2003, que até o dia 21 declarar, reconhecer a sua dívida diante do fisco. Outro item que considero relevante é que através da proposta da emenda da Comissão de Finanças a Liderança do Governo, a Secretaria da Fazenda acolheu as emendas em que os créditos próprios ou de terceiros de ICMS

ou de exportação possam ser compensados com os débitos. E reconheceu também os precatórios alimentícios e aqueles que estão atrasados em função da contagem, do recálculo do pagamento feito sem a correção.

Então, são créditos que foram colocados para que pudessem ser compensados com o imposto a ser pago. E mais ainda, isso é um dado que é importante trazer, no Refis passado em que teve 180 meses. E daí a nossa preocupação de dar a oportunidade da receita até os 60 meses receber, aliás, acordou-se em 343 milhões de reais, dos quais 91 milhões foi recebido à vista, 252 milhões foram parcelados para 5003 contribuintes, dos quais hoje 2258 mantêm ativos e 2745 já deixaram de pagar num total de 137 milhões de reais. Mostrando que se encurtarmos muito o prazo como estava anteriormente, senhores deputados e senhoras deputadas, nós atingiríamos o objeto do projeto que o governo apresenta para o Refis. E estas emendas foram consubstanciadas no substitutivo geral que contemplou as emendas do Plenário, deste relator e também da Comissão de Finanças.

Era este o relatório.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)

A pergunta que gostaria de fazer é: se a Renault e a Audi, aqueles que foram contemplados por aquele processo de dilação de prazo, se hoje poderão ingressar no Refis a ser contemplado? Ou não sei se o Estado não está, com esta medida, estimulando os devedores do futuro do ICMS para que esperem uma medida “mãe”, do governo, para que possa evidentemente, saldar a sua dívida. Entendo a intenção do governo que é a de fazer caixa, de receber daqueles que estão devendo para o Estado.

Agora, fica essa dúvida, porque não sei se aqueles que assinaram o protocolo de intenção e que receberam, portanto, dilação de prazo para pagar o ICMS se poderão agora, pagar os seus débitos com o fisco com o desconto de 75% de juro, multa, e tal. Essa é a minha indagação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para encaminhar)

Respondendo: se tiverem atrasado até o dia 31 de agosto e fizer opção até o dia 28 de novembro, com certeza. Porque a única vedação que a lei faz é no seu artigo sétimo, que diz: “O disposto nesta lei não se explica aos autos de infração em que seja exigido, as penalidades do inciso 7, 8, 9, 10, 11 e 12 da alínea “a” do inciso 12º e 13º, alínea “g”, inciso 15º e alínea “b”, que trata das penalidades irregulares daquelas que são contra pensões. Por esta razão, caso qualquer empresa em atraso ocorrido até o dia 31 de agosto e exercendo esse direito até o dia 28, tem direito de socorrer-se desse Refis.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em discussão, em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero pedir a palavra para dizer que vou me retirar do plenário para não votar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esteja à vontade, nobre deputado.

Em votação. **Aprovado.**

Está **Aprovado** o Substitutivo Geral, automaticamente estão prejudicadas todas as emendas não incluídas no substitutivo geral.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/2003, que objetiva transformar na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, cargos de provimento em Comissão em outros cargos de igual natureza, conforme específica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, E CECE. Aprovado. (Publ. no DA. nº 059/2003, de 12.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 430/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade “transformar na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, cargos de provimento em comissão em outros cargos de igual natureza, conforme específica.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado, chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala da Comissões, em 19.08.2203.

(a) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 430/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do Poder Executivo- Mensagem nº 25/2003, que objetiva transformar na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, cargos de provimento em comissão, em outros cargos de igual natureza, conforme específica.

Como podemos observar a Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o art. 33, em seu § 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este Relator analisando a matéria constatamos que a medida não importará em custos adicionais aos cofres públicos porque a transformação de cargos de simbologia 1-C para simbologia menores (3-C, 10-C e 15-C), oportuniza um melhor atendimento, não só ao desempenho dos serviços mas, no quadro demonstrativo anexo ao projeto de lei.

Desta forma, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ANDRÉ VARGAS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 430/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por escopo “transformar na estrutura da

Secretaria de Estado da Educação, cargos de provimento em comissão, em outros cargos de igual natureza, conforme especifica”.

Quanto aos aspectos sobre o qual esse parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado do Paraná, chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Diante desta situação, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, seguindo o procedimento apropriado para tal intento.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.